

Kelman, da Aneel, avalia mudança na revisão tarifária

O debate apenas começou dentro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas algumas possibilidades de mudanças no processo de revisão tarifária das empresas já começam a aparecer. E isso pode envolver, por exemplo, o aperfeiçoamento da metodologia da base de remuneração das distribuidoras e até mesmo o conceito de "empresa de referência".

"A Aneel está passando pelo primeiro ciclo de revisão tarifária e foram adotadas metodologias...umas bem-sucedidas outras nem tanto. E é natural porque quem está neste primeiro ciclo aprende o que funcionou e o que não funcionou, para aperfeiçoar a metodologia para o segundo ciclo", afirmou à Reuters o diretor-geral da agência, Jerson Kelman.

A revisão tarifária acontece a cada quatro ou cinco anos, dependendo da companhia, e tem como objetivo garantir a cobertura dos custos e o retorno dos investimentos feitos pelas concessionárias. Em 2003, passaram por este processo na Aneel 17 distribuidoras, em 2004, 27, e, neste ano, serão 16.

Um dos pilares da revisão é a denominada "empresa de referência", que serve para balizar os cálculos das tarifas futuras levando em consideração o comportamento de uma empresa modelo.

Neste caso, adiantou Kelman, o que está sendo pensado dentro da autarquia é minimizar desigualdades entre as companhias, com a possibilidade de criar mais de uma empresa de referência, por exemplo. Ele cita o caso das estatais, que têm de contratar apenas por meio de licitações, o que não ocorre com o segmento privado.

"O conceito que estamos verificando é se ela (empresa de referência) calcula as simetrias das próprias empresas...Tem toda uma desigualdade entre as empresas que, se forem tratadas igualmente, causa injustiça", afirmou Kelman, ressaltando que essas idéias são, por enquanto, apenas conceituais.

"Eu não quero levantar expectativas de grandes mudanças. Elas não virão. Mesmo que nós tivéssemos aqui descoberto fórmulas mágicas...não seria bom para o mercado que elas fossem muito diferentes do que elas são hoje. Não é saudável que o regulador fique mudando de idéia todo o tempo."

Flexibilização

Sobre a base de remuneração dos ativos, que serve para recompensar os investimentos feitos na prestação de serviços, e é calculada atualmente por meio de referenciais adotados pela Aneel, Kelman adiantou que há estudos para tentar desenvolver uma "métrica" capaz de medir a ineficiência sistêmica --como evolução tecnológica, por exemplo, que vale para todos-- e específica de cada empresa.

"Alguns quesitos nós podemos considerar, metodologicamente, uma evolução do que é hoje para o que é padrão,. O regulador pode adotar uma trajetória...que leve em consideração o ponto de partida (de cada empresa). E isso é complexo", afirmou o diretor-geral.

Segundo ele, todas essas discussões deverão ser estendidas para os agentes do setor perto de setembro, após as avaliações internas estarem concluídas.

Kelman lembrou que a flexibilização já acontece nos problemas com perdas elétricas nas empresas, que seriam impossíveis de serem resolvidos de uma hora para outra.

Além disso, estão sendo negociados projetos e parcerias com governo estaduais no combate às perdas e fraudes no setor, que chegam a consumir um terço da energia comprada por uma distribuidora. A primeira investida deve acontecer no Rio de Janeiro, adiantou Kelman.

Outra questão que está sendo bastante focada no setor é a cobrança do Pis/Cofins, que deverá ser especificada nas contas de energia ao consumidor final a partir de julho, conforme decisão recente da Aneel e, portanto, não farão mais parte do cálculo da tarifa.

Kelman disse que aguarda ainda posicionamento da Receita Federal, que precisa determinar quais insumos das concessionárias poderão ser usados como crédito para compensação dos impostos.

Segundo o diretor-geral, a idéia é de que eles não sejam repassados integralmente. Ele lembrou que, quando o Pis/Confins era cumulativo, incidia em 3,65 por cento e, agora, pode chegar a 9,25 por cento, mas não sobre todos os insumos.

"Tudo o que já podemos fazer, e já fizemos, é sensibilizar a Receita que produza o mais brevemente possível uma norma ou resolução que esclareça este tema. É claro que o ponto de vista das empresas do setor e da Aneel é de que muitos insumos sejam utilizados para crédito e diminua o pagamento de Pis/Cofins...Mas, o outro olhar é o da arrecadação", afirmou.

DUARTE, P. Kelman, da Aneel, avalia mudança na revisão tarifária. Reuters, SP, Últimas Notícias, 02/05/2005.